

L'Histoire Culturelle

Rita Cristina Lima Lages e Silva

ORY, Pascal. *L'Histoire Culturelle*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2004.²

Apenas uma moda? Esta é a questão proposta por Pascal Ory para iniciar as reflexões de *L'Histoire Culturelle*, cujo objetivo é dar conta do percurso, lugar e produção da história cultural dentro da historiografia. Alguns falam de moda, uns a julgam "invasiva", outros se inquietam com um verdadeiro imperialismo. Se considerarmos o léxico deste início do século XXI, não se pode negar que as rubricas *histoire culturelle*, *cultural history*, *culture history* são cada vez mais apropriadas tanto por pesquisadores quanto por seus difusores.

Para o autor, o objeto da história cultural, ao contrário do que se afirma, não é tão difícil de ser definido. A polêmica gerada em torno da identidade e pertinência dessa história está diretamente ligada a uma questão de vocabulário. Assim, a definição do que seria *história cultural* depende do entendimento do léxico dessa orientação historiográfica, que se desdobra nas palavras *cultura*, *representação* e *práticas*.

Até as últimas décadas do século XX, a noção de *cultura* era empregada por outras ciências sociais e não pela história, que utilizava a de *civilização*. Em sua definição restrita de "capital de conhecimentos adquiridos", a palavra *cultura* vincula-se, no seu uso antigo, à acepção de *culto* (aquele que é culto). Esse sentido relaciona-se ao de *cultivé*, aquele do trabalho da terra pelo homem. Duas traduções do termo são apontadas como causadoras da ampliação de seu significado. São elas de origem científica e política, provenientes da tradição intelectual alemã, em torno do termo *civilização* (*Kultur*), seja relativa (uma cultura) ou absoluta (a cultura).

¹ Professora do Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG. E-mail: ritallages@yahoo.com.br.

² Pascal Ory é professor de história contemporânea na Sorbonne (Paris I) e autor de livros sobre história política e cultural na sociedade ocidental.

Uma definição de cultura, segundo Ory, está vinculada a uma noção antropológica: *um conjunto de representações coletivas próprias a uma sociedade*. O termo *representação*, com sentido etimológico de *exumação*, é tributário da sociologia durkheimiana, que o introduz nas ciências sociais em 1903, a partir de referências às sociedades ditas primitivas. Postular o representativo é, conforme o autor, colocar *a priori* um funcionamento traduzível, por meio de uma metáfora menos espacial (dois níveis) do que temporal (dois tempos); seria, sobretudo, enfatizar a dinâmica que, ao uní-los, os distingue.

As representações *mentais*, comuns à psicologia social, do ponto de vista culturalista, não são o lugar da representação. Consideradas, hipoteticamente, como *mentais*, não se processam como *produção do espírito*, mas como um objeto em sociedade. Por definição, o primeiro grau da representação remete a um segundo, o que pode ser resumido da seguinte forma: *alguém torna presente algo que está ausente*.

Qual seria, então, a função da representação? De acordo com Ory, dar sentido à experiência humana, mesmo que este sentido seja explicitamente assumido como jogo – Durkheim vai associar toda representação coletiva ao delírio –, ou, em outro extremo, como razão – representação considerada científica. E a representação pode ser explicitamente definida como coletiva, mesmo que se possa afirmar que toda representação é vivida, em última análise, como uma recepção, no nível do *indivíduo*. Se, por um lado, é muito difícil documentar uma representação individual, por outro, isso pouco importa ao projeto intelectual da história cultural, uma vez que ele privilegia a dimensão coletiva do processo de representação. Essa coletividade, ao mesmo tempo, exprime e estrutura uma sociedade. A história cultural, de acordo com o autor, é uma modalidade de história social, que visa à reconstituição de todos os modos de funcionamento do grupo estudado. Dessa maneira, ela circunscreve sua investigação aos fenômenos simbólicos. Podemos, então, defini-la como *história social das representações*.

Com a finalidade de estabelecer uma delimitação do campo da história cultural, P. Ory traça um paralelo desta com outras histórias denominadas qualitativas – história das ciências, das artes e das idéias – com as quais a história cultural é comumente confundida. Essas outras histórias, por suas origens, distinguem-se, nitidamente, da *démarche* culturalista, visto que são, em sua essência, articuladas em torno do julgamento de valor. Para não dizer

em torno das categorias do Belo (história da arte), do Verdadeiro (história das ciências) e do Bom (história das idéias). A história cultural também se diferencia dessas outras histórias ao se preocupar com o *meio*, que não pode ser reduzido à consideração do contexto, às vezes caricaturizado com um determinismo grosseiro e nivelador. Além disso, o questionamento cultural mantém sempre a preocupação com a *medida*. Entretanto, ao situar o fenômeno estudado em uma escala, ponderada no espaço e orientada no tempo-limite – maior/menor que, centro/periferia, ascensão/declínio etc. –, todo observador corre o risco do contra-senso e do anacronismo, além de se encontrar sempre na dificuldade de se liberar da escala de valores de seu próprio tempo-espaço.

Já no terreno das outras histórias como a política, a econômica, a intelectual, ou a religiosa, como a história cultural se demarcaria?

Conforme o autor, ela não tem problemas de fronteira com duas outras grandes abordagens históricas, que são a política e a econômica. A questão não é aquela do objeto, mas a do olhar. O olhar econômico direciona-se para a materialidade dos objetos produzidos e para o circuito das práticas que levam em conta sua produção, sua distribuição e seu consumo. Já a leitura pelo cultural encontra seu lugar em segmentos específicos do campo econômico, como os estudos de mercado ou a publicidade.

Quanto ao olhar político, volta-se para o poder, suas diversas formalizações e as relações de força que ele estabelece entre elas. Esse poder não é um acúmulo, mas uma relação, *da* relação. A partir disso, o olhar culturalista não tem nenhuma dificuldade para identificar os lugares onde tal poder cruza e, em particular, manipula a retórica (ideologias), o memorial (culturas políticas) ou o simbólico (políticas simbólicas).

Por sua vez, a história intelectual não é senão um setor da história cultural, aquele relacionado à análise da produção, da difusão e da recepção de objetos verbais de interpretação. Ela não tem uma grande homogeneidade, na medida em que deve, de um lado, integrar ao mesmo tempo, a produção filosófica e a produção científica; e, de outro, não se limitar às formas originais, mas dar lugar às vulgarizações de todo tipo, que difundem tal produção na sociedade.

Essa análise pode também ser aplicada à história religiosa, cujo objeto combina, como a precedente, um estudo dos conteúdos (dos mais teológicos

aos mais rituais) com o dos produtores e mantenedores desses conteúdos (das instituições clericais, quando elas existem, às práticas “supersticiosas” as mais ocultadas, quando elas são observáveis). A dificuldade dessa história – igualmente considerada como um setor da história cultural – não se encontra nessa integração, mas na fluidez da delimitação entre as representações religiosas e as outras, em sociedades contemporâneas, nas quais a unidade antiga deu lugar, de um lado, às religiões “civis”, e, de outro, a um pluralismo laicizado; ele próprio substituído por um tipo de mercado espiritual.

Ainda sobre a delimitação do campo da história cultural, o autor traça um paralelo desta com outras ciências sociais: a sociologia e a antropologia. Qual seria a especificidade da abordagem culturalista *vis-à-vis* a essas duas ciências? Para Ory, menos uma questão de objeto do que de método.

Ao elaborar uma genealogia da história cultural, Ory elege, como momento fundador dessa abordagem histórica, a entrada da rubrica *cultural*. Até onde seria possível remontar no tempo? Segundo ele, até as origens, evidentemente, míticas e continuamente gregas, da História. Entretanto, ao situar o cultural dentro da produção historiográfica, o autor o faz inserindo-o a partir do Iluminismo, momento no qual teria ocorrido um primeiro projeto que visava atribuir igual dignidade histórica a todos os fatos de civilização, projeto esse explicitado em 1756 por Voltaire em *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. Essa produção será classificada dentro da rubrica *história da civilização*.

No empreendimento ainda de uma genealogia, é possível estabelecer uma delimitação nítida, por meio de índices convergentes, dos primeiros registros epistemológicos da história cultural? Para Ory, isso é possível. O autor estabelece o percurso da historiografia desde a criação, em 1929, da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, por March Bloch e Lucien Febvre, até os nossos dias, situando a *École d'Hautes Études en Sciences Sociales*, na França, como um estabelecimento de formação e pesquisa, que viria, por sua vez, substituir a revista em questão. Quando se cria, em 1998, a Association pour le Développement de l'Histoire Culturelle, que funcionou como *front* pioneiro, a luta já estava, então, ganha, uma vez que a história cultural já tinha estabelecido o seu lugar dentro da historiografia.

Saindo das questões de delimitações e definições, o autor trata – tomando aqui uma expressão de Michel de Certeau – das *maneiras de fazer*

com da história cultural. Ou, ainda de acordo com os franceses, do *mode d'emploi* dessa abordagem histórica. Qual é, então, o objeto de estudo da história cultural e quais são as orientações desse estudo? Se partimos do pressuposto de que se faz história somente com documentos, a história cultural não faz nenhuma exceção frente à concepção tradicional. Entretanto, a abordagem cultural distingue-se da tradicional, já que na sua perspectiva tudo é fonte, tudo é público. Em princípio, nada deve ser excluído.

Quanto ao método de análise, ele deverá levar em conta a situação do objeto estudado, seguindo algumas precauções de uso. O autor cita quatro. A primeira delas é a obrigação de *neutralidade*. O observador deve compreender o *porquê* e o *como*; a segunda, a obrigação de *situar*. Antes de ser, de fazer, de dizer, de registrar, de testemunhar, o documento se origina de. As duas últimas obrigações referem-se ao documento como representação propriamente dita. Uma é a de *distinção*. O documento representativo é sempre delimitado, autônomo, irreduzível em si e, por si, anunciado, recebido e classificado. A última obrigação é a mais evidente: a de *temporalidade*. O que não é o caso de uma contextualização, mas, conforme o autor, de uma consideração dos modos de *apropriação* não somente de uma produção cultural, mas também de uma *mediação*.

As *práticas*, registradas nos documentos, são, portanto, objeto de análise da história cultural. Por isso, são situadas no seio da *representação*. O conceito de produção é preferido àquele de criação, cercado por uma aura de enobrecimento, que compromete sua visibilidade. No conceito de produção figuram não somente os *autores*, mas também os *intérpretes*. Nesse sentido, ambos são produtores dos objetos que compõem a história.

O *imaginário social* também é apresentado como objeto da investigação cultural. É definido como elo entre certo número de representações que lhes dá sentido. Essas representações compõem sistemas que mantêm relações temporais ou espaciais permanentes entre si.

Finalmente, o autor retoma suas colocações iniciais sobre a emergência da história cultural e afirma que, enquanto a história cultural estiver em expansão, ela será sempre obrigada a se justificar face a duas críticas simétricas. Se, por um lado, ela é criticada por esquecer a sociedade, suas relações de força e suas implicações de poder; por outro, é criticada por permanecer no relativismo, que nivela os valores e aniquila o sentido. Numa

posição visivelmente partidária, Pascal Ory afirma que era objetivo das reflexões explicitar que, a despeito dessas duas críticas, a questão continua sendo de abordagem. Ou seja, trata-se apenas de um olhar diferenciado sobre a história cultural.

Para saber da pertinência de suas análises, vale, então, um convite à leitura do livro ora resenhado. Antes, porém, cabe considerar as palavras do autor, ao dizer que *o ofício do historiador parte da constatação de que toda flecha lançada chega a algum lugar, mesmo que seja raramente ao alvo.*

Recebido: 06/12/05

Aprovado: 03/03/06